



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA – CBH-PB

Instituído pelo Decreto Nº 27.560, de 04.09.2006 – D.O.E., 05.09.2006.

5

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE BACIAS

6

HIDROGRÁFICAS DO RIO PARAIBA – CBH – PB DO ANO DE 2017

7 Aos trinta dias do mês de novembro do ano de 2017, às 9h00min, no Auditório do CENTRAC,
8 Campina Grande-PB realizou-se a 2ª Reunião Ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio
9 Paraíba - CBH-PB do ano de 2017, com as presenças dos membros abaixo assinados, o *Sr Ulysmar*
10 *Curvelo Cavalcanti*, Presidente do CBH-PB, fez a abertura da reunião lendo a pauta a ser tratada: **1)**
11 **Abertura; 2) Informes da Diretoria do CBH-PB; 3) Aprovação da ata da 1ª Reunião Ordinária**
12 **e 2ª Reunião Extraordinária do CBH-PB; 4) Apresentação sobre o Plano de Gestão da**
13 **Proteção do Mamancial da Bacia Hidrográfica do Rio Marés (Sra. Simone – SUDEMA); 5)**
14 **Informações sobre o Processo de Elaboração do Termo de Referência Modelo para subsidiar**
15 **as licitações dos Planos de Bacias do Estado (objetivos e metodologia) – Sr. José Reynolds –**
16 **Consultor e a Sra. Rejane Gomes – Técnica da AESA; 6) Palavra facultada e 7)**
17 **Encerramento.** Passou-se para o segundo ponto de pauta. **2) Informes da Diretoria do CBH-PB:**
18 O *Sr. Ulysmar Curvelo* iniciou os informes que o comitê recebeu um documento para adesão ao
19 Observatório de Governança das Águas e convidou a Sra. Maria de Lourdes (DNOCS) para
20 explicar. A Sra. Maria de Lourdes (DNOCS) iniciou explicando que o observatório de governança
21 das águas foi formado há quase dois anos e agora estão reestruturando. Esse observatório tem por
22 objetivo coletar as informações sobre Gestão de Recursos Hídricos, com indicadores para avaliar a
23 implementação da política de Recursos Hídricos no Brasil. Deu continuidade fazendo a leitura do
24 termo de adesão a ser enviado ao coordenador do Observatório e respondeu com o plenário, onde o
25 comitê o comitê poderá colaborar dentro de suas limitações e disponibilidades. O Sr. José Ivanildo
26 ainda colocou que participou do ENCOB em Aracajú – SE, enquanto representante do CBH-PB, e
27 que fez um questionamento sobre o que está sendo feito para preservação e reflorestamento do rio
28 São Francisco, porque agora são mais três filhos e a responsabilidade agora também é da Paraíba e
29 cabe ao comitê cobrar das autoridades e fazer nossa parte. A Sra. Maria de Lourdes acrescentou que
30 também participou do ENCOB e percebeu que todos estão preocupados com a situação econômica
31 do país, mas existe um esforço da ANA para fortalecimento dos comitês de bacias hidrográficas e
32 gestão de recursos hídricos, a ANA apresentou novamente o Procomitês, não teve muita novidade
33 para a Paraíba, porque a Paraíba já aderiu ao Procomitês e segundo a Sra. Maraci só falta assinatura
34 do contrato. A Sra. Maria de Lourdes ainda explicou que os recursos do Procomitês vai ser voltado

35 para operação do comitê, comunicação e capacitação, o recurso para cada comitê vai ser R\$
36 50.000,00 (cinquenta mil reais), por ano. Ainda colocou que houve no ENCOB eleição do Conselho
37 do Fórum dos Coordenadores para mandato de quatro anos, espera-se que realmente trabalhem a
38 questão do fortaleciemnto dos comitês. Acretido que no ano de 2018 a Paraíba vai participar mais do
39 Fórum Nacional de Comitês, para buscar o fortalecimento dos comitês da Paraíba. Passou para o
40 terceiro ponto da pauta. **3)Aprovação da ata da 1ª Reunião Ordinária e 2ª Reunião**
41 **Extraordinaria do CBH-PB:** o *Sr. Ulysmar Curvelo* submeteu as atas a aprovação do plenário que
42 foram aprovadas por todos. Passou para o quarto ponto da pauta. **4) Apresentação sobre o Plano de**
43 **Gestão da Proteção do Mamancial da Bacia Hidrográfica do Rio Marés** (Simone Porfírio -
44 Coordenadora de Estudos Ambientais da SUDEMA): a **Sra. Simone** saudou a todos e iniciou sua
45 apresentação explicando os objetivos do plano, apresentou a localização da bacia, os principais tipos
46 de usos identificados foram: abastecimento, irrigação, dessedentação de animais, piscicultura e lazer.
47 Também colocou que a bacia sofre com a poluição de esgotos, pecuaria, agricultura, resíduos e
48 drenagem urbana; apresentou os aspectos legais e normativos e informou que esta em fase de
49 elaboração a unidade de conservação de proteção com plano de manejo do Parque Estadual da Mata
50 do Xem-Xem que compreende 182ha. Continuou explicando os programas e ações contemplados,
51 como: programa de gestão, programa de uso e manejo do solo rural, programa de uso e manejo do
52 solo urbano, programa de monitoramento de recursos hídricos, programa de educação
53 socioambiental e programa de pesquisa e levantamentos complementares. Foi sugerido pelo plenário
54 a substituição do nome comitê gestor, por comissão gestora e ficou de convidar representante do
55 CBH-PB para compor o Conselho da APA do Parque Estadual da Mata do Xem-Xem. Passou para o
56 quinto item da pauta. **5) Informações sobre o Processo de Elaboração do Termo de Referência**
57 **Modelo para subsidiar as licitações dos Planos de Bacias do Estado (objetivos e metodologia) –**
58 **Sr. José Reynolds – Consultor e a Sra. Rejane Gomes – Técnica da AESA:** A *Sra Rejane Gomes*
59 *Eustáquio*, da AESA, cumprimentou a todos e esclareceu que o objetivo da explanação é informar
60 sobre o processo de elaboração dos Termos de Referência visando à contratação de consultoria para
61 elaboração ou revisão dos Planos de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas do Estado da
62 Paraíba. Iniciou a apresentação destacando que, conforme entendimento do TCU, Termo de
63 Referência é o documento, elaborado a partir dos estudos técnicos preliminares, que deve conter os
64 elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar o objeto da
65 licitação. Em seguida apresentou as fases do processo de elaboração do TDR modelo, a saber:
66 contratação de consultor para elaboração do TDR modelo; elaboração e aprovação do referido
67 instrumento; licitação e contratação de empresa para confecção de cada Plano de Recursos Hídricos

68 de Bacia Hidrográfica – PRHBH, elaboração do PRHBH e desenvolvimento das ações previstas nos
69 PRHBH. Atentou neste ponto para que todo o processo siga os preceitos da transparência,
70 legalidade, objetividade e economicidade. Na sequência fez uma contextualização informando as
71 etapas do processo que foram cumpridas e as que estão em desenvolvimento, destacando que o TDR
72 modelo deve ser concluído até dia 17 de janeiro de 2018, prazo final previsto no contrato firmado
73 entre AESA e com Professor Reynolds, consultor responsável pela elaboração do TDR modelo.
74 Logo após, apresentou o fluxograma e a metodologia de trabalho, a qual prevê as seguintes
75 atividades: levantamento dos TDRs mais recentes na região nordeste para PRHBH; levantamento
76 dos PRHBH-PB existentes e do arcabouço legal que tange a questão de Recursos Hídricos; reuniões
77 com Grupo Executivo-GE (AESA + Consultor) e Grupo de Trabalho e Acompanhamento da
78 Execução-GTAE para discussão e coleta de contribuições (a partir de minutas parciais do TDRM
79 elaboradas pelo consultor); apresentação do TDRM em reunião ampliada, aberta a todos os
80 membros dos CBHs e entrega do TDRM finalizado à AESA. Explicou ainda que o princípio
81 norteador dos trabalhos é que o TDR modelo deve orientar os PRHBH-PB de modo que este preze
82 pela segurança técnica, sem contudo perder de vista a praticidade, a aplicabilidade e economicidade.
83 Continuou informando que o GTAE já realizou duas reuniões e que a minuta do documento integral
84 foi analisada na última reunião com este grupo, no dia 28 de novembro de 2017. Finalizou
85 mostrando o cronograma de trabalho e esclarecendo que o TDR modelo será genérico e as
86 especificidades locais serão consideradas no momento do ajuste de cada TDR para suas respectivas
87 bacias, o que deve acontecer levando em conta os materiais disponíveis sobre a região e as
88 informações colhidas nos comitês. Contudo esses ajustes não fazem parte do escopo da consultoria
89 contratada para elaboração do TDR modelo. Todavia as questões extremamente relevantes, sob a
90 ótica de gestão de recursos hídricos, e que exerçam grande impacto na bacia, poderão ser destacados
91 em anexo ao TDR modelo, objetivando alertar para a necessidade destas questões serem
92 consideradas no momento de ajuste dos TDR específicos. Passou a palavra para o consultor,
93 professor José Reynolds que iniciou informando que o objetivo do PRHBH é fundamentalmente
94 orientar o uso das águas da bacia e seguiu versando sobre a estrutura básica do documento e os
95 conteúdos mínimos que um Plano de Recursos Hídricos de Bacia Hidrográfica deve abranger e que
96 devem ser previstos em TDR, a saber: objetivos do plano; etapas (elaboração do diagnóstico,
97 considerando demanda, disponibilidade e balanço; cenários; plano, incluindo definição de metas,
98 programa de investimentos, contemplando intervenções estruturais e não estruturais e cronograma) e
99 por fim a aprovação do Plano pelos Comitês. Finalizou reiterando que o TDR modelo, documento
100 que está desenvolvendo, não é o Plano, mas sim um instrumento orientador de como o PRBH deve

101 ser elaborado. Nada mais havendo a tratar a reunião foi encerrada, eu, **Sra. Elma Maria de Araujo**
102 **Pimentel**, Secretaria Geral, lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada, vai com a lista de
103 presença anexada.

104